



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000081895

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002812-70.2018.8.26.0356, da Comarca de Mirandópolis, em que é apelante IZABEL CRISTINA FERNANDES LOGAREZO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), são apelados ADEMIR PAZINI e SOMPO SEGUROS S.A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2021.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO 30946

APELANTE: IZABEL CRISTINA FERNANDES LOGAREZO
(CURATELADA; JG)

APELADOS: ADEMIR PAZINI (JG) e SOMPO SEGUROS S.A

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

AÇÃO CONDENATÓRIA

COMARCA: MIRANDÓPOLIS

JUÍZA SENTENCIANTE: DRA. THAÍS DA SILVA PORTO

(VH)

EMENTA

APELAÇÃO - AÇÃO CONDENATÓRIA - RECURSO DA AUTORA - ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA FATAL - PROVAS INDICANDO QUE A VÍTIMA FOI A ÚNICA RESPONSÁVEL PELO ACIDENTE - AUSÊNCIA DE CULPA POR PARTE DO RÉU - IMPROCEDÊNCIA MANTIDA

O conjunto probatório é suficiente para concluir que a vítima, diuturnamente fustigada por uma crônica esquizofrenia, lançou seu corpo à frente do veículo do réu, num acesso de delírio, obstando qualquer reação e atraindo para si a culpa exclusiva pelo acidente.

RECURSO NÃO PROVIDO.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. Sentença de fls. 656/666, cujo relatório se adota, que julgou **IMPROCEDENTE** a ação. A autora foi condenada a pagar as verbas sucumbenciais, inclusive honorários advocatícios, fixados em dez por cento sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade da justiça.

A d. Magistrada *a quo* entendeu não ter sido provado que o réu teve culpa pelo acidente que vitimou o genitor da autora. Por ser caso de responsabilidade subjetiva, julgou improcedente a ação.

Houve acolhimento dos embargos de declaração opostos pela litisdenunciada Sompo Seguros (fls. 669/670), condenando o réu, litisdenunciante, ao pagamento das verbas sucumbenciais devidas em razão da denúncia da lide.

Novos embargos opostos pela mesma parte, agora atacando a r. Decisão que deferiu gratuidade ao réu (fls. 678 e 681/684), rejeitados (fls. 685/686).

Inconformada, a autora interpôs recurso de apelação (fls. 687/690).

Alegou, em suma, que há elementos suficientes para considerar o réu culpado pelo acidente.

Houve contrarrazões (fls. 696/698 e 700/713).

A i. Procuradoria-Geral da Justiça deu parecer no sentido de ser desnecessária sua intervenção no feito (fls. 735/747).

É a síntese do necessário.

O recurso não merece provimento.

Trata-se de ação condenatória (indenização por danos materiais e por danos morais) fundada em **acidente de trânsito com vítima fatal**. A autora, mãe da vítima, relata que seu falecido filho estava caminhando “*a pé pelo acostamento*” (fls. 2) quando o réu, pilotando um Chevrolet Onix, **culposamente** o atropelara. Enquanto a morte e o atropelamento (ocorrido por volta das **cinco horas da madrugada**) são incontroversos, **a culpa pelo acidente**, não.

A versão do réu dada à autoridade policial no dia dos fatos foi a seguinte: o réu vinha conduzindo seu veículo pelo leito carroçável (Rod. Marechal Rondon) quando sofrera um ofuscamento causado por veículo que vinha na direção contrária, lapso suficiente para que a vítima emergisse à frente de seu veículo. Pela dinâmica da situação, alegou não ter sido possível qualquer frenagem (fls. 29/30). Manteve sua versão na contestação.

Do lado contrário, a autora alega de forma turva que a ausência de sinais de frenagem seria indício suficiente para concluir pela culpa do réu (fls. 2). Também afirma que o réu se encontrava em excesso de velocidade (fls. 2).

Sendo essas as versões colidentes, resta aplicar as regras de distribuição do ônus da prova ao caso, a fim de verificar se as alegações de fato vieram acompanhadas de provas (CPC, art. 373). O caso, aliás, envolve **responsabilidade civil subjetiva**, pressupondo, portanto, **prova de culpa** (imperícia, negligência ou imprudência) por parte do réu, circunstância fática cujo ônus de prova recai sobre a **autora (CPC, art. 373, I)**.

Começando pela versão da autora, verifico que ela é desprovida de provas quanto às alegações de fatos cruciais à sua tese. O excesso de velocidade não encontra respaldo em prova alguma dos autos, e, no único laudo de que se tem notícia (elaborado no inquérito policial), consta prejudicada a análise da velocidade por ausência de elementos que permitissem a análise (p. ex., sinais de frenagem).

Além disso, os sinais de frenagem indicam que o réu **não reagiu à presença da vítima**. Isso, contudo, não significa que o réu tenha sido **imprudente**. Desde sua primeira declaração, o réu disse ter tido a visão ofuscada pelo reluzir de faróis em sentido contrário, alegação de fato que **se coaduna com a ausência de frenagem**. Como se verá adiante, a hipótese mais provável, à luz do conjunto probatório, é que a vítima **se lançou à frente do veículo** por motivos obscuros (provavelmente, num acesso de delírio).

Então, sem olhar para a tese do réu, focando apenas na autora e no ônus de prova que lhe incumbe a lei, **já seria possível dizer que a culpa do réu não foi provada por suas alegações de fato**. Mas é possível ir além.

A vítima era **curatelada** em razão da diagnose de esquizofrenia hebefrênica (fls. 81). Nos autos da ação com pedido de **internação compulsória** ajuizada pelo i. Ministério Público Estadual, fica evidente o estado anímico conflituoso da vítima, e as consequências disso se revelavam em seu comportamento instável, insondável e insano (fls. 96/333). Cito os trechos que explicitam isso:

“Paciente [vítima] voltou a ter comportamento violento, vindo a agredir familiares, inclusive com uma faca e uma marreta, colocando em risco a integridade física e psicológica da genitora Izabel Cristina Fernandes [autora], que também sofre de transtornos psiquiátricos e da avó idosa (...)

Em virtude do quadro clínico de Willian, houve nova

internação involuntária (...). Todavia, ao retornar para o convívio familiar, o paciente voltou a praticar atos de agressão contra si e contra familiares.

O que se verifica, portanto, é que, com o retorno de Willian para o ambiente familiar, sem a devida estabilização de seu quadro clínico, ele torna-se novamente um fator de risco para si mesmo e para os familiares com quem reside (...).

Em visita domiciliar realizada pelo Setor de Serviço Social do Município, a assistente social Ethel de Souza Andrade constatou que “o paciente apresenta agressividade extrema, ameaçando a família com instrumentos mortais, tais como faca, cinzeiros, marretas, etc. Não dorme direito nem mesmo se alimenta de forma adequada. A família não tem controle sobre o mesmo, sendo que permanece nas ruas durante toda a noite, sofrendo agressões físicas diversas, tendo seus pertences roubados. Sempre retorna machucado. Durante esses períodos nas ruas, pessoas lhe fornecem bebida alcoólica.

(...)

Willian [vítima] sofre de esquizofrenia hebefrênica (CID F.20.1), apresentando ‘pensamento persecutório, desorganizado, incoerente, incapacidade de manter-se em atividade, não conseguindo cuidar de qualquer tipo de afazeres, afeto superficial inapropriado, incoerente, comportamento irresponsável e imprevisível, maneirismos, antecedente familiar – mãe [autora] esquizofrenia.” (fls. 99/100)

Ao longo dos autos daquela ação, verifica-se que a vítima recebia alta hospitalar e, assim que retornava ao convívio familiar, retomava as condutas delirantes (fls. 181/182). Seu quadro psicológico era constantemente assombrado pelos delírios de natureza *persecutória*, cuja definição dada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) consiste na “*crença de que o indivíduo irá ser prejudicado, assediado, e assim por diante, por outra pessoa, organização ou grupo*”.

Interessante relato dado pela autora à entidade municipal que assistia a família auxilia no exame do estado da vítima **no dia do acidente**. Conforme relatado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência

Social de Mirandópolis (CREAS), a vítima havia saído do hospital no dia **27 de dezembro de 2017** (autorizado pela r. Decisão de fls. 289) e, no dia **3 de janeiro de 2018**, em visita ao domicílio da família, os assistentes sociais identificaram que a vítima estava “*com delírios, conversando com uma ‘terceira pessoa’*”, e foram informados pela autora que a vítima havia retomado o hábito de perambular pela cidade durante as madrugadas. No dia **9 de janeiro de 2018**, em visita motivada pela notícia do falecimento da vítima (Willian veio a óbito no dia **6 de janeiro de 2018**), os assistentes sociais conversaram com a autora que trouxe informações **valiosas** ao exame dos fatos (omitidas, diga-se de passagem, em sua inicial): a vítima havia saído de casa no dia **6 de janeiro de 2018**, por volta das 3h00, após uma briga seguida de ameaça de agressão ao irmão. Ou seja, **o estado anímico da vítima era de transtorno** durante a madrugada em que sucedera o acidente (fls. 304/305).

Esse escorço do quadro de saúde mental da vítima serve para **fundamentar** a hipótese aventada pelo réu: “**culpa**” **exclusiva da vítima**. O termo “culpa” é utilizado apenas para fins de argumentação jurídica, pois é esse o instituto que serve de base ao presente voto que isenta o réu de culpa. Mas, na prática, a vítima não era dona de si no momento do acidente (quiçá em boa parte de sua vida), de modo que falar em “culpa exclusiva”, sem o filtro da ciência jurídica, é inapropriado.

De todo modo, as provas indicam dois caminhos hipotéticos, ambos isentando o réu: **i)** a vítima se lançou à frente do veículo na tentativa de causar lesão a si, conduta que, como visto, adotava com frequência em seu passado caótico, **ii)** a vítima passava por um momento de delírio, alheia à realidade que a cercava, possivelmente num diálogo com um “terceiro” ou fugindo de “alguém” (cf. *Delírios persecutórios*), e, por isso, iniciou a travessia da rodovia sem observar o réu vindo em sua direção. As duas hipóteses são respaldadas pelos demais indícios trazidos aos autos: pela ausência de frenagem (evidenciando a abrupta intervenção na trajetória do réu), pelo local da batida (na lateral do veículo, e na transversal, demonstrando que a vítima não estava em vias de concluir a travessia, fls. 85), e pela ausência de acionamento do *air-bag* do veículo (fator indiciário de baixa velocidade, fls. 85).

Resumindo, a improcedência da ação se justifica pela **i)** ausência de provas das alegações de fato, frágeis por sinal, trazidas pela autora, não se desincumbindo do ônus de prova que lhe recai (CPC, art. 373, I), e,

principalmente, pela **ii)** fartura de provas indicando que a vítima, alienada mentalmente, foi a responsável pelo acidente, exclusivamente.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso. Majoro os honorários devidos ao réu para quinze por cento sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade.

Maria Lúcia Pizzotti
Desembargadora